

GOTO, Roberto. Lembram-se desta demolição?: memória cultural não é só recordar, é também resistir. Correio Popular, Campinas, 27 jun. 1982.

Lembram-se desta demolição?

memória cultural não é só recordar, é também resistir



Os estereos do antigo teatro municipal, nas fotos de V-8

CMUHE024752

Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP

Roberto Goto

Na semana passada, o secretário da Cultura do Estado, pianista João Carlos Martins, anunciou estudos do Condephaat visando ao tombamento de 31 mansões históricas que ainda persistem na av. Paulista, em São Paulo, resguardando seu espaço contra o avanço dos modernos e orgulhosos edifícios que caracterizam um dos maiores centros financeiros do mundo. Alertados pelo anúncio, alguns proprietários não perderam tempo: começaram a demolir. Como resultado, no início desta semana, a av. Paulista perdeu mais quatro de seus casarões, construídos entre 1910 e 1950, alguns pelos chamados "barões do café".

Numa pista em que a especulação imobiliária corre ao lado da financeira, projetando à escala do milhão de cruzeiros o preço do metro quadrado de terreno, era de se esperar outra atitude dos zelosos donos das mansões? Numa mesa-redonda sobre "Memória Cultural", oportunamente realizada pelo Sesc de Campinas na chuvosa noite de terça-feira, o arquiteto Fábio Magalhães foi direto ao assunto: "é difícil preservar, porque os interesses econômicos quase nunca coincidem com os interesses da memória cultural; é uma luta constante da comunidade contra interesses pessoais e os equívocos do Estado".

No caso das mansões da Paulista, o arquiteto pensa haver mais do que um equívoco. "Foi uma demagogia". E sugeriu que, em vez de colocar "um funcionário na frente de cada casa" para impedir futuras demolições, o Estado "deveria colocar um policial na frente de cada burocrata" para evitar outras ingenuidades. Lembrando a destruição de um casarão de azulejos em Rio Claro, Magalhães notou que "a maioria das demolições é feita a portas fechadas; começa-se a demolir por dentro e quando a população se dá conta, é muito tarde..."

Agindo às escondidas, o demolidor denuncia a si mesmo. "Está consciente do crime cultural que pratica". Crime para o qual o arquiteto não prescreveu o castigo, posto que "não acredito em legislações". O único remédio para garantir a preservação dos bens culturais é, em sua opinião, "a ação da sociedade civil". Um exemplo? O prédio da escola

Caetano de Campos, na capital, que condenado inapelavelmente pelos técnicos do metrô, permanece em pé ainda hoje, ao lado da Praça da República, graças à mobilização da comunidade. "Abrimos um processo popular e ganhamos a causa, impedindo a demolição".

Outro exemplo, este negativo: "se tivesse havido uma ação efetiva da sociedade, o Ruy Novaes não teria demolido o Teatro Municipal de Campinas".

"Triste recordação"

A menção do arquiteto abriu uma das grandes cicatrizes que marcam a história cultural da cidade, lembrando que temos por aqui mesmo um episódio semelhante ao que vem acontecendo na av. Paulista. Para resgatar a memória do fato, o Sesc expõe em seu saguão *posters* do fotógrafo Aristides da Silva, mais conhecido por V-8, que registra como "triste recordação" as várias fases de mais um "crime cultural" — cometido, no caso, pelo próprio poder público. Ou melhor seria dizer desmemória? Quem se lembra das marchas e contramarchas que comandaram a destruição do teatro que, há 17 anos, ainda ocupava o amplo terreno que se estende atrás da Catedral, hoje tomado por uma loja de roupas?

Foi necessário que uma das pessoas do auditório, a jornalista Jane Costa, interviesse no debate para que seus participantes se recordassem de que "a imprensa e a comunidade de Campinas se manifestaram contra a demolição, mas assim mesmo o teatro foi demolido". A isto pode-se acrescentar (para complicar) o fato de que o prefeito Ruy Novaes, movido por interesses e vontades ainda hoje pouco ou nada conhecidos, conseguiu conduzir habilmente suas intenções reavivando a memória do desabamento do cine "Rinque", ocorrido em 1951. Acenando com o temor de uma nova tragédia, exagerando as rachaduras do prédio, Novaes conseguiu passar o trator por cima das resistências e oposições e o teatro acabou indo ao chão no final de 1965.

Enfim: a "ação da sociedade civil" é suficiente para impedir estes e outros "crimes culturais"? A questão da preservação é tão simples assim? No momento de dar concretude às suas posições, o arquiteto corre-

gou, saindo-se com a afirmação de que "a ação de preservação não está só no tombamento e propondo que não se confunda patrimônio cultural apenas com casas e casarões. O filósofo Antonio Joaquim Severino, outro dos debatedores, viu-se obrigado a admitir que "a pergunta não foi bem respondida"... e a devolveu "em outros termos", à jornalista.

"Únicos meios"

Severino, professor e vice-reitor da Puc de São Paulo, reconheceu que "vivemos num capitalismo selvagem e desvaireado que mercantilizou todas as expressões culturais". E argumentou: "como não podemos passar uma borracha em cima desse dado histórico, o que vamos fazer? Cruzar os braços e esperar que um ser extraterreno venha salvar nossa cultura"? Em sua opinião, as "pequenas lutas" travadas pela comunidade em defesa dos seus bens culturais "são os únicos meios de que dispomos para enfrentar esse gigante" capitalista-selvagem.

"Só vejo essa saída: a organização, a conscientização, a manifestação". Para o filósofo, "a dificuldade está em fazer a comunidade compreender o valor de sua cultura". A importância desta compreensão, segundo ele, está diretamente ligada à "identidade" do brasileiro. "Recuperaremos a nossa autenticidade quando conhecermos nosso modo de vida. Hoje estamos atrás de um modelo de vidro fumê e brinquedo de plástico porque nos recusamos a assumir nossa identidade Cultural".

Sem definir seus conceitos (afinal, o que se quer dizer quando se fala em "identidade" e "autenticidade" de um País ou comunidade?), o filósofo consentiu em descer a considerações mais específicas ao apelar para que o prédio central da Puc de Campinas, também construído e habitado por um dos "barões do café", "não vire supermercado".



Antonio Severino

GOTO, Roberto. Lembram-se desta demolição?: memória cultural não é só recordar, é também resistir. Correio Popular, Campinas, 27 jun. 1982.

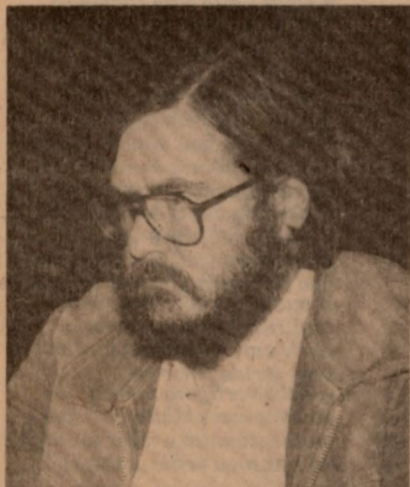
E cultura, o que é?

As indefinições, na verdade, não foram privilégio do professor. Atravessaram (ou rondaram) praticamente toda a mesa-redonda, acabando por comprometer um dos pólos-chaves da temática central: o termo "cultural". Em outras palavras, de que cultura se trata? E que cultura se quer preservar? Esta questão foi lançada pela professora Regina Márcia Moura Tavares, diretora do Instituto de Comunicações da Puc local, que

apontou para o processo de internacionalização experimentado pelas sociedades em setores econômicos e culturais.

Como que num estalo, Fábio Magalhães observou que "essa cultura que está aí não é a nossa, não nos reconhecemos nela; é uma cultura de manipulação... e se manipula para dominar". Acrescentou que o veículo por excelência dessa cultura é a televisão, que em si "não é boa nem má", detendo porém um grande "poder manipulador". Para impedir que a cultura seja utilizada como instrumento de dominação segundo o arquétipo, "é preciso revalorizar as manifestações culturais que partem do povo e tirar da TV o seu poder manipulador".

Também procurando precisar suas posições, Antonio Severino explicou que "quando falamos de identidade cultural, isto não significa isolacionismo". E arrematou, problemáticamente: "o problema é que não fizemos a síntese entre a identidade e a manipulação; o problema é saber aonde nos querem levar com ela".



Fábio Magalhães

Museus da cidade ou na cidade?

Para compensar tais colocações, importantes mas imprecisas (em que não entram categorias como as de classes sociais e ideologia), a mesa-redonda proporcionou ao pequeno público de terça-feira as propostas mais concretas do sociólogo Paulo de Salles Oliveira e do historiógrafo Jonas Soares de Souza, além dos informes meio reivindicatórios, meio propagandísticos de Olavo Volpato, prefeito de Itu.

Paulo de Oliveira lançou na mesma noite seu livro "Brinquedos Artesanais & Expressividade Cultural", editado pelo próprio Sesc. A obra mostra que, resistindo ao rolo compressor da chamada indústria cultural (que o autor não vê como "um mal em si mesmo"), ainda existem várias frentes (ou retaguardas) de produção artesanal no Brasil — com o importante detalhe de se tratarem de artesões amadores, portanto não pressionados por necessidades materiais.

O sociólogo aproveitou a ocasião também para solapar a "falsa oposição entre as atividades manuais, consideradas inferiores, e as intelectuais, consideradas superiores e nobres". Contra essa visão elitista do trabalho, Paulo Oliveira observa que "toda atividade manual é um fazer intelectual", lembrando que "em alguma medida todos somos intelectuais, embora nem sempre exerçamos uma função tipicamente intelectual". O sociólogo compara "o trabalho de um artesão ao de um escritor ao burilar sua frase".



Paulo S. de Oliveira

Artesanato amador

Já o historiógrafo Jonas Soares defendeu a integração dos museus na vida social e cultural das cidades. Disse que, para que isso aconteça, é preciso que "o museu deixe de ser um banco de objetos para se transformar em universidade do povo". E lembrou que, na maioria dos casos "o museu está fisicamente na cidade, mas sem participar de sua vida cultural", citando o Museu Republicano, de Itu.

O prefeito Olavo Volpato justificou o fato sustentando que "embora os ituanos se orgulhem do seu patrimônio cultural, não participam das atividades". Lamentou que "a tomada de posições concretas" seja "inibida pela falta de recursos", acrescentando que a migração de pessoas de outras cidades a Itu "enfraquece a sensibilidade" da população ituana para a preservação dos bens culturais. Logicamente, disse que apóia "a tese do secretário João Carlos Martins no sentido de reservar uma parcela do Imposto de Renda para preservar patrimônios culturais".